



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema carcerário

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 27 de abril de 2021.

Início: 14h00min.

Término: 15h00min.

Participantes

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dr. Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior - Corregedoria dos Presídios de Curitiba Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF CNJ/PNUD - Fazendo Justiça Dra. Juliana Marques Resende Ministério Público do Estado do Paraná Dr. Paulo Marcovicz Defensoria Pública do Paraná Dr. André Ribeiro Giamberardino Assembleia Legislativa - Comissão de Direitos Humanos Dra. Thais Giselle Diniz Santos	Secretaria de Estado da Segurança Pública Dr. Francisco Santos - CMP Dr. Vinicius Augustus Carvalho Dr. Diego Piotrowski Machado OAB/PR ----- Governo do Estado - Casa Civil ----- Feccompar Noleia Regina Santos Bueno Coped/Sejuf Dra. Waleiska Fernandes Secretaria de Saúde Dra. Lucimar Pasin de Godoy
---	--

Assuntos da Pauta

1. Atualizações;
2. Assuntos gerais:

Desenvolvimento da reunião

O Desembargador Ruy Muggiati iniciou a reunião e, em seguida, passou a palavra ao Dr. Vinicius para que fossem apresentadas atualizações sobre a Covid-19.

Dr. Vinicius declarou que, em Foz do Iguaçu, há dois servidores com casos confirmados, 1.108 (mil cento e oito) presos e 97 (noventa e sete) servidores recuperados. Em Cascavel, há dois servidores com casos confirmados, um preso com quadro suspeito, 382 (trezentos e oitenta e dois) presos e 85 (oitenta e cinco) servidores com casos recuperados. Na região de Maringá e Cruzeiro do Oeste, há dois presos e 11 (onze) servidores com casos confirmados, 12 (doze) presos e três servidores com quadro suspeito, 278 (duzentos e setenta e oito) presos e 181 (cento e oitenta e um) servidores com casos recuperados, e três casos de óbito - sendo dois presos e um servidor. Em Londrina, há 85 (oitenta e cinco) presos e 27 (vinte e sete) servidores com casos confirmados, 173 (cento e setenta e três) presos e três servidores com quadro suspeito, 430 (quatrocentos e trinta) presos e 37 (trinta e sete) servidores recuperados, e dois casos de óbito - sendo um preso e um servidor. Na região de Francisco Beltrão e Guarapuava, há um preso e dois servidores com confirmação de Covid-19, três servidores com quadro suspeito, 312 (trezentos e doze) presos e 91 (noventa e um) servidores com casos recuperados, e dois detentos que vieram a óbito. Em Ponta Grossa, há 68 (sessenta e oito) presos e três servidores com casos confirmados, um preso e um servidor com quadro suspeito, 265 (duzentos e sessenta e cinco) presos e 78 (setenta e oito) servidores recuperados, e um detento que veio a falecer. Em Curitiba, há 21 (vinte e um) presos e 20 (vinte) servidores com casos confirmados, 14 (quatorze) presos e quatro servidores com quadro suspeito, 1.099 (mil e noventa e nove) presos e 301 (trezentos e um) servidores recuperados, e 09 (nove) casos de óbito, sendo cinco detentos e quatro servidores. Deste modo, no total, em toda a região do Paraná, há 177 (cento e setenta e sete) presos e 67 (sessenta e sete) servidores com casos confirmados, 200 (duzentos) presos e 15 (quinze) servidores com quadro suspeito, 3.874 (três mil oitocentos e setenta e quatro) presos e 870 (oitocentos e setenta) servidores recuperados, e 17 (dezessete) óbitos, sendo 11 (onze) presos e 06 (seis) servidores. Ainda, reforçou que na cadeia de Wenceslau Braz há 64 (sessenta e quatro) detentos com casos confirmados; contudo, o período de quarentena desses detentos já está quase no fim. O mesmo se aplica à cadeia de Arapongas, que atualmente conta com 24 (vinte e quatro) presos confirmados, e à cadeia de Irapuã, que possui 75 (setenta e cinco) presos confirmados.

Des. Ruy Muggiati recordou a todos que, na reunião passada, foi solicitado o envio de um ofício à Secretaria de Saúde a respeito da vacinação dos detentos e dos critérios utilizados para a estipular a ordem desta vacinação. Contudo, anunciou aos participantes que, até o presente momento, o documento ainda não obteve resposta. Neste contexto, questionou se o Dr. Vinicius já obteve alguma resposta.

Dr. Vinicius declarou que, até então, havia entendido que o GMF iria oficiar a SESA para que esta emitisse informações sobre o cronograma de vacinação e sobre a fundamentação legal que descartou os detentos dos critérios etários.

Des. Ruy Muggiati confirmou o entendimento de Dr. Vinicius, e disse que se expressou de maneira equivocada.

Sr. Kleber reforçou que, de fato, o GMF oficiou a SESA, e afirmou que o documento obteve resposta nesta terça-feira (27). Ainda, ressaltou que a resposta foi compartilhada com todos para que fosse emitido um parecer.

Des. Ruy Muggiati solicitou à Kleber que compartilhasse o ofício na tela da reunião.

Sr. Kleber atendendo à solicitação, expôs o documento na tela.

Dr. André declarou insatisfação, por parte da Defensoria, em relação à resposta emitida pela SESA. Reforçou que, em primeiro lugar, a GMF solicitou uma fundamentação legal que justificasse a diferenciação dos presos em relação aos demais entes que se enquadram nos critérios etários de vacinação - fator que não se encontra presente na resposta emitida pela

secretaria. Afirmou que o único argumento utilizado foi a exposição da nota técnica nº 155, do Ministério da Saúde, a qual defende que não se deve fracionar os grupos prioritários - nesse sentido, segundo o documento, a população carcerária deveria ser vacinada de uma vez só, na etapa final do cronograma. Contudo, reforçou que há diversos grupos prioritários que já se encontram fracionados por outros critérios, de modo que esta justificativa não se encontra suficientemente plausível para o presente caso. Colocou, ainda, que há várias regiões do Brasil, como São Paulo e Amazonas, que estão conseguindo administrar todos os recursos para vacinar os presos de idade avançada junto com os demais idosos da população. Ressaltou que o Estado é (ou deveria ser) um garante legal da saúde de seu povo, de modo que, nos próximos dias, se uma pessoa que já deveria estar vacinada vier a falecer de Covid-19, a responsabilidade é do Estado, que falhou em sua função. Ante toda a indignação da Defensoria, colocou que a entidade jurídica pretende colocar esta discussão em juízo no intuito de resguardar a saúde dos detentos e universalizar o critério etário.

Dra. Juliana em complemento às declarações do Dr. André, ressaltou que a população carcerária deveria encontrar-se privada somente de seu direito de liberdade, não podendo os apenados serem privados de quaisquer outros direitos fundamentais, sobretudo do acesso à saúde. Reforçou que tem acompanhado o cronograma de vacinação de outros estados, e que muitos têm encarado o critério etário de maneira universal, sem diferenciar o status de liberdade do cidadão.

Dra. Elaine com relação ao fracionamento dos grupos prioritários, afirma que, de acordo com o Ministério da Saúde, a recomendação é que a vacinação não ocorra por etapas dentro da população carcerária, já que os detentos se encontram em aglomeração. Reforçou que a SESA tem se esforçado para trabalhar em consonância com o plano nacional de vacinação, e que todos estes planos são aprovados por profissionais competentes em várias instâncias. Expôs que, atualmente, o Brasil enfrenta uma carência de doses suficientes para todos, mesmo dentre os que se encontram em grupos prioritários. Deste modo, por vezes, o cronograma se vê obrigado a acatar com mais de um critério para determinar a ordem da vacinação - e não apenas o critério etário, por exemplo - motivo pelo qual, provavelmente, a população carcerária não tem sido vacinada na mesma ordem dos demais cidadãos. Informa que a SESA não tem conhecimento oficial de quais estados e municípios estão vacinando os detentos em paralelo ao restante da população, e reforça que, caso isso esteja de fato ocorrendo, estes territórios estão agindo de maneira contrária ao que fora pactuado em âmbito nacional.

Dr. Vinicius declarou que, segundo informações que recebeu do Dr. Diego, a relação dos presos com idade avançada e/ou com comorbidades já foi devidamente repassada para a SESA para que providências sejam tomadas neste sentido assim que possível. Ressalta, contudo, que todas as orientações do Ministério da Saúde serão seguidas, sobretudo devido à ausência de doses suficientes e de profissionais qualificados para aplicar a vacina.

Dra. Waleiska perguntou ao Dr. Vinicius qual a quantidade de presos que se enquadra enquanto grupo prioritário.

Dr. Vinicius informou que, atualmente, o número de detentos com idade avançada gira em torno de 500 (quinhentas) pessoas, espalhadas pelo território do estado. Acrescentou que não sabe informar a quantia exata de presos com comorbidades, pois esta informação exige uma análise mais detalhada e regional.

Dr. André colocou que o plano nacional de vacinação não está sendo questionado - na realidade, o que se requer é justamente a sua aplicação literal e integral, haja vista que o referido plano expressa a prioridade de vacinação para "pessoas com mais de 60/65 anos", sem entrar no mérito de discutir o status de liberdade destas entidades. Acrescentou ainda que

a secretaria limitou-se a fundamentar suas decisões tendo por base a nota técnica emitida pelo Ministério Público, e coloca que, embora possua conteúdo jurídico, as notas técnicas não têm força normativa, de modo que não se encontram hierarquicamente superiores à resolução que assegura os direitos dos detentos. Deste modo, ressalta que todos os estados e municípios que têm se preocupado em vacinar os detentos em paralelo ao restante da população estão agindo em concordância com a própria Constituição Federal.

Dra. Elaine ressaltou que a SESA apenas tem seguido as orientações do Ministério da Saúde e do plano nacional de vacinação. Informa que, atualmente, o Ministério da Saúde é o único órgão responsável pela aquisição dos imunizantes e, por isso, o ordenamento chega para as secretarias dos estados juntamente com uma pauta de distribuição. Esta pauta de distribuição detalha exatamente a quantidade de vacinas que deverá ser destinada a cada um dos grupos prioritários, e encontra-se disponível para consulta no site da SESA e do Ministério da Saúde. Neste sentido, reforçou que a distribuição das vacinas ditada pelo Ministério da Saúde não concede nenhum tipo de flexibilidade aos estados, que não podem optar por vacinar grupos que não estejam expressos nas pautas dirigidas às secretarias. Esclareceu que, embora a vacinação dos presos seja um direito legítimo, a secretaria não pode deixar de seguir as recomendações do Ministério Público, que ordenou que os grupos de detentos não sejam vacinados em etapas.

Dr. Francisco explicou que, estatisticamente, a nova cepa do Covid-19 abalou todos os conceitos ligados a quem poderia ou não ser considerado parte dos grupos de risco, já que o vírus tem atingido de maneira violenta tanto jovens quanto idosos. Contudo, concordou que deve o Ministério da Saúde dar atenção especial aos grupos que se encontram em especial condição de vulnerabilidade ao vírus, como os indígenas, os presos e os moradores de rua, por exemplo. Colocou que, em sua opinião, o ideal seria que a população carcerária conseguisse ser vacinada em, ao menos, 70% (setenta por cento), pois, embora esta vacinação em massa não represente nenhuma garantia propriamente dita, a propagação seria fortemente interrompida dentro do cenário dos apenados.

Des. Ruy Muggiati declarou que, aparentemente, a situação traduz um grande impasse, sobretudo devido ao posicionamento um tanto rígido da secretaria de saúde em relação aos cronogramas de vacinação. Ao mesmo tempo, o quadro da doença encontra-se constantemente em mutação, já que as novas versões do vírus parecem eliminar os rótulos de quem pode ou não ser considerado parte dos grupos de risco. Deste modo, manifestou que o grupo possui duas opções: encaminhar um consenso, ainda que parcial, à secretaria, manifestando a opinião do grupo em relação ao seu atual posicionamento em relação ao cronograma, ou, então, aguardar que novas medidas venham a ser tomadas.

Dra. Waleiska propôs que o comitê encaminhasse um novo documento à secretaria, questionando se haveria a possibilidade de a SESA reaver a postura de seguir à risca a nota técnica emitida pelo Ministério da Saúde, em detrimento da resolução do CNJ e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que asseguram direitos aos presos, e encontram-se hierarquicamente acima de qualquer nota técnica.

Dr. Vinicius ressaltou que o sistema penitenciário do Paraná encontra-se em uma situação mais cômoda em relação aos outros estados. Neste sentido, colocou que é preciso compreender um pouco o lado da secretaria da saúde, já que esta tem se esforçado para distribuir poucos imunizantes da melhor maneira possível. Reforçou que todas as medidas de prevenção e cuidado já estão sendo tomadas dentro do cenário carcerário, sobretudo com políticas de higiene e atendimento médico. Assim, colocou que, embora a situação das cadeias seja preocupante e mereça a devida atenção, não há a necessidade de urgência em relação à vacinação e imunização dos presos. Resaltou que os presos possuem sim o direito de serem

vacinados, e que idealmente deveriam ser vacinados junto de todo o resto da população. Contudo, demonstrou que compreende as medidas tomadas pela secretaria, haja vista que não há quantidade suficiente da vacina para todos.

Dr. Paulo declarou que concorda que o ideal seria vacinar os presos idosos o quanto antes. Contudo, demonstrou compreensão em relação às medidas adotadas pela SESA, pois, de fato, o Ministério Público tem todo o controle operacional em relação à distribuição das vacinas.

Dra. Elaine afirmou que, de fato, as doses da vacina vem praticamente carimbadas para o grupo ao qual se destinam, de modo que a SESA orienta as doses conforme dita o setor de imunização. Ressaltou ainda que a categorização da população carcerária como um único grupo de vacinação condiz também com uma questão logística, já que o mais eficiente seria imunizar o grupo como um todo, e não por etapas. Afirma, contudo, que nada impede que o cronograma seja adaptado conforme novas possibilidades venham surgindo.

Des. Ruy Muggiati questionou se há alguém do comitê que se manifesta contra a proposta feita pela Dra. Waleiska.

Dr. Eduardo ressaltou que gostaria que constasse no ofício que não há qualquer restrição por parte da Secretaria de Segurança de que os imunizantes sejam aplicados.

Des. Ruy Muggiati solicitou ao Sr. Kleber que anotasse esta informação para que fosse incluída no ofício.

Dr. Vinicius questionou se a oportunidade não poderia ser aproveitada para que fosse encaminhado um ofício também ao Ministério da Saúde, para fins de solicitar um parecer acerca de todas estas questões.

Des. Ruy Muggiati declarou que concorda com o Dr. Vinicius, sobretudo porque o que o comitê pretende é justamente a aplicação completa e literal do critério etário da vacinação imposto pelo Ministério da Saúde. Complementou dizendo que acredita que a sociedade não iria aceitar mal a informação de que os detentos estariam sendo vacinados segundo os mesmos critérios dos demais cidadãos. Por fim, decretou que o encaminhamento de um novo ofício seja feito à Secretaria e ao Ministério da Saúde, reiterando as dúvidas do ofício anterior e solicitando um parecer diante de toda a questão jurídica e humana envolvida. Ato contínuo, perguntou ao Sr. Kleber qual seria o próximo tópico sugerido para a reunião.

Sr. Kleber recordou ao Des. Ruy Muggiati que o próximo item da pauta dizia respeito a elaboração de um planejamento de cumprimento da vacinação por intermédio de uma provocação que foi feita ao Ministério Público pelo mecanismo nacional de prevenção e combate a tortura.

Dr. Paulo colocou que, na realidade, o tópico a ser discutido tratava-se da possibilidade de um encaminhamento ao Ministério Público para questionar como será feita a logística de vacinação para os detentos. Em outras palavras, não havendo a possibilidade de os presos serem vacinados neste momento pelo critério de idade, que, ao menos, o Ministério Público se pronuncie quanto aos métodos ordenados e estabeleça um critério adequado de ordem para a vacinação dos detentos quando a hora chegar.

Dra. Elaine declarou que a secretaria ainda não sabe como a vacinação dos presos irá funcionar quando a ocasião chegar. Informou que acredita que tudo dependerá da quantidade de vacinas que estarão disponíveis, a quantidade de profissionais qualificados para aplicação dos imunizantes, bem como o número de pessoas privadas de liberdade. A título de exemplo,

declarou que acredita que, caso não haja vacinas para todos, outros critérios de vacinação serão aplicados para dar preferência a determinados membros da própria população carcerária.

Dr. Paulo questionou a Dra. Elaine se haveria a possibilidade de a secretaria se antecipar de alguma forma em relação a isso. Afirma que, em sua opinião, um bom planejamento tornaria tudo mais rápido e efetivo.

Dra. Elaine colocou que não há como realizar planejamentos prévios porque tudo dependerá da quantidade de vacinas. Contudo, informou que, normalmente, uma vez que há a previsão quantitativa de quantas vacinas irão chegar, reuniões são feitas para fins de determinar a distribuição dos imunizantes, para que as vacinas sejam aplicadas da maneira mais efetiva possível.

Dr. Francisco informa que, de acordo com o cronograma elaborado pelo Ministério da Saúde, não há a possibilidade de que os detentos venham a ser vacinados antes de setembro.

Des. Ruy Muggiati coloca que, ante todo o exposto, os novos ofícios irão reiterar as questões levantadas pelo ofício anterior.

Dra. Waleiska propõe que na próxima reunião seja debatida a questão da vacinação dos servidores do sistema penitenciário.

Des. Ruy Muggiati solicita ao Sr. Kleber que anote o referido tópico para que seja colocado em pauta na próxima reunião.

Desembargador Ruy Muggiati encerrou a reunião, agendando a próxima para o dia 11 de maio de 2021, às 14h.